

CORPOS INDÓCEIS E INDISCIPLINADOS: O *MUNDO DO* CRIME EM UMA FAVELA DE FORTALEZA

Artur Pires

arturpires85@yahoo.com.br

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Brasil

Bárbara Braz

bbrazmoreira@gmail.com

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Brasil



RESUMEN

A pesquisa trabalha com as representações sociais e as dimensões simbólicas da criminalidade na favela do Tancredo Neves, em Fortaleza, quinta maior cidade do Brasil. O Tancredo Neves registra uma população de aproximadamente 30.000 habitantes e é uma das áreas mais atingidas na capital cearense pelas taxas epidêmicas de crimes violentos. Dados governamentais apontam que 10% da população é de analfabetos, a renda per capita é de menos de um quarto do salário mínimo e 70% dos moradores encontram-se abaixo da linha da pobreza, configurando-se como uma das regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no país. O objetivo central da pesquisa consiste em compreender a construção social do criminoso nesta comunidade, no intento de elaborar sociologicamente seu processo de sujeição criminal, bem como sua irresignação à ordem estabelecida enquanto indivíduo desviante e duplamente estigmatizado - devido ao enredamento entre sua condição de pobreza material e simbólica e ao território marginalizado no qual vive, negligenciado pelas políticas públicas –, analisando o seu código moral e linguístico de conduta e comportamento em diálogo com a prática violenta de disputa territorial; apreendendo-o, no limite interpretativo, como agente-símbolo da implosão-explosão das metrópoles na modernidade tardia. A pesquisa se debruça sobre materiais de jornais e revistas, anuários de entidades do terceiro setor, além de documentos e estatísticas oficiais do poder público. Houve também um mergulho teórico-reflexivo em trabalhos sociológicos e antropológicos que já versaram sobre objetos semelhantes. Foram feitas também diversas incursões à comunidade, com olhos e ouvidos atentos à observação participante; também foram realizadas entrevistas não estruturadas: conversas informais nas esquinas, bares, ruelas. Ademais, foram realizadas entrevistas de profundidade semiestruturadas com "trabalhadores" e "criminosos" da comunidade. Após a colheita dos dados teóricos e empíricos, obteve-se a leitura de que em um espaço social tão socioeconomicamente contrastante como o da capital cearense, a figura



do "criminoso", do "bandido social", aquele que não se dociliza diante das condições limitadoras e dos papeis socialmente construídos que a sociedade lhe impõe, é lugar-comum em qualquer periferia, uma vez que a estrutura hegemônica sempre apresenta defeitos nos seus esquemas motivacionais. Os desviantes do mundo do crime ativam uma rede própria de antidisciplina e, a partir dessa agência, ressignificam sua condição de despossuídos, construindo como ação social cotidiana um código moral que se situa à margem do sistema de normas jurídicas. A violência e o conflito surgem, nesse contexto, como mediadoras e (re)atualizadoras das "regras" de conduta. Entre as principais ações de quebra de acordo está a disputa pelo controle territorial de áreas, a luta intestina entre falanges pelas fronteiras físicas e simbólicas da periferia. Portanto, a criminalidade pobre expressa uma cadeia simbólico-hermenêutica que somente pode ser compreendida à luz das suas próprias contradições, astúcias e resistências.

Palabras clave

(Violência. Conflitos sociais. Criminalidade pobre)

ABSTRACT

The research works with social representations and symbolic dimensions of criminality at a slum named Tancredo Neves located in Fortaleza, the fifth biggest city of Brazil. The Tancredo Neves has roughly 30.000 inhabitants and is one of the most violent neighborhoods in the city, with epidemic statistics of violent crimes. Governmental information's indicate that 10% of its population is illiterate, the income *per capita* is fewer than a quarter of minimum wage and 70% of inhabitants are below the poverty line, configuring one of the worse Human Development Index (HDI) in country. The main aim of this research is comprehend the criminal's social construction at this slum, seeking understand sociologically theirs subjective processes: the territorial's feelings, the construction of a marginal identity, the "choice" by criminal "career", the sociability networks, the behavior's codes, the rituals



La sociología en tiempos de cambio

and liminal moments of "thug life", the famous "cruelty", and, at last, theirs ambiguous actions: in one sense, resistance and antidiscipline against hegemonic order; by other side, reproduction of some power and domination mechanisms of this structure. This investigation is developed under three battlefronts: a theoretical-reflexive diving in previous writings with similar themes; an historical-documental analysis of newspapers and magazines, mainly of local press; and, above all, through an ethnography immersion, "up close and from inside". The methodological techniques performed are direct and participant observation, nonsystematized interviews – chats at sidewalks, bars, corner stores, street markets, public squares etc. – and semi-structured interviews, from a script previously elaborated. These ones are made mainly with criminal agents of diverse modalities, as robbery, assault, drugs and guns trafficking etc., but also occur with people non-involved with criminal activities. After collect theoretical and empirical information, we conclude that in poor slums as Tancredo Neves and unequal realities as Fortaleza, the criminal is a commonplace at any suburb, because the hegemonic structure has defects in its motivational system. The criminals activate a network of antidiscipline; so, they resignify their marginalized situation, building a moral code on the sidelines of legal rules. The violence and the conflict appear to mediate and update behavior's codes. Among mains breaks of code's rules is the "war" to the territorial control of areas, the fight for slum's physical and symbolic borders. Therefore, the poor's criminality express a symbolic-hermeneutic network that can be understand only in the light of its contradictions, cunnings and resistances.

Keywords

(Violence. Social conflicts. Poor criminality)



I. Introducción

Esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, começa "ao rés do chão, com passos" (Certeau, 2014, p.163), no ano de 2000, quando pela primeira vez caminhei pelas ruas de uma favela. Ao chegar lá e ser devidamente apresentado ao traficante-mor da área, a sensação que me tomou foi de empoderamento. Para um adolescente classe-mediano, a favela era um *locus* até então inalcançável, que eu apenas ouvia falar com certa dose de magia e mística. Conhecê-la despertava em mim curiosidade lancinante; na escola particular onde estudava, havia colegas que queriam conhecer a *Disneyworld*, eu queria conhecer o *Tranquedo*, favela tão perto geograficamente, tão distante social e culturalmente.

Minhas incursões etnográficas no universo sociossimbólico de comunidades pauperizadas começaram nesse dia. A cada vez que adentrava o território estigmatizado destas áreas degradadas, mais aprendia sobre assimetrias sociais, desigualdades de oportunidades, negligência das agências estatais, criminalidade e violência. Não eram os livros da escola que estavam me ensinando, mas as ruas e becos das comunidades faveladas. Dessa maneira, ao longo dos últimos dezoito anos, solidifiquei uma diversificada rede de sociabilidade de relação direta ou indireta com populações moradoras de áreas pauperizadas; firmei redes afetivas de amizade e proximidade que ainda mantenho atualmente. Essa pesquisa é, portanto, não um fazer *para*, mas, sobretudo, um fazer *com* as pessoas do Grande Tancredo Neves.

A denominação *Grande Tancredo Neves* (GTN) foi criada neste trabalho para designar um complexo amalgamado de favelas circunvizinhas, de aproximadamente 30 mil habitantes, que se interconectam e se segregam pelo tráfico de armas e substâncias psicoativas, mas também se entremeiam e aproximam-se pelas redes de vizinhança, pelos laços afetivos e de parentesco, bem como pelos comércios e serviços. As comunidades do complexo estão situadas à margem direita da planície flúvio-marinha do rio Cocó, o mais relevante recurso hídrico da Bacia Metropolitana de Fortaleza; logo, o entorno está sujeito à influência das



marés. Inseridos, portanto, numa área geoambiental de planície de inundação, muitos dos seus habitantes moram em áreas de risco e devido às muitas vezes péssimas instalações hidrossanitárias sofrem constantemente com alagamentos em suas casas e barracos, principalmente na quadra chuvosa.

Dados do Governo Federal de 2010 apontam que na região 10% dos moradores são analfabetos; a renda *per capita* é de menos de um quarto do salário mínimo e 70% dos habitantes encontram-se abaixo da linha da pobreza. Dessa maneira, muitas famílias do Grande Tancredo Neves, além de passíveis à degradação ambiental, estão expostas à vulnerabilidade civil e socioeconômica: ausência de saneamento básico, insuficientes condições infraestruturais para lazer e cultura, precárias ou inexistentes instalações elétricas, moradias depauperadas, subemprego, desemprego, consumo abusivo de substâncias psicoativas legais e ilícitas etc. Ademais, para completar o quadro da privação simbólica e material, o bairro é um dos mais atingidos na capital cearense pelas taxas epidêmicas de crimes violentos.

Vale sublinhar, por oportuno, que nas minhas andanças pelo bairro, muitas vezes presenciei *in loco* atividades ilícitas, como roubos, assaltos e tráfico de substâncias psicoativas. De acordo com Michel Misse (2011), há um campo de criminalidade encampado por uma minoria dos agentes pobres, que por encontrarem-se limitados a meios e instrumentos materiais e simbólicos que não lhe permitem um recurso criminal *white-collar* – um crime de corrupção milionário, por exemplo –, lançam mão muitas vezes de procedimentos fisicamente violentos para alcançar seus fins, amiúde com o emprego de armas de fogo. Sobre tais fenômenos, para efeito de uma análise ainda incipiente e açodada, podemos refletir, em diálogo com Machado da Silva (2004), sobre uma sociabilidade violenta concentrada em grupos e territórios bem delineados.

Assim, o desafio epistemológico que se apresenta é como elaborar analiticamente as práticas violentas dos sujeitos inseridos em contextos de violência territorializada? Esta pesquisa é, portanto, uma tentativa de compreender o sentido ou as conexões de sentido das



ações praticadas pelas pessoas envolvidas diretamente com as atividades criminais em bairros populares, tendo como recorte analítico o Grande Tancredo Neves. Em suma, intento tecer uma análise interpretativo-hermenêutica das *artes de fazer* o crime operadas pelos agentes da criminalidade pobre, procurando entender o praticante de delitos e seu processo de subjetivação. Enfim, compreender o agente criminal pauperizado não como uma mônada alienada à sua configuração sociohistórica, mas, como sugere Norbert Elias (1994), inserido em um fenômeno reticular, em uma complexa e infinita rede interdependente de relações, que amiúde ativa ações contraditórias¹.

II. Marco teórico/marco conceptual

O espetáculo² capitalista chegou ao seu apogeu na modernidade tardia do século XXI, no qual a faceta de uma violência urbana faccional sem precedentes históricos é sua face mais visível e marca indelével. Nesse sentido, a violência não é mais um fenômeno isolado na sociedade, mas constitutivo dela, como assevera Michel Misse (2012). Como chegamos a esses patamares epidêmicos? Guy Debord (1997) afirma que a propaganda espetacular, com suas técnicas fetichistas cada vez mais rebuscadas, produz consumidores reificados. Assim, na contemporaneidade, as classes estigmatizadas foram também lançadas ao consumismo. Martins (2008, p. 37) sublinha que "os pobres, do mesmo modo que as elites e a classe média, descobriram que na sociedade contemporânea o consumo ostensivo é um meio de afirmação social e de definição de identidade" (grifos nossos). Contudo, o jogo das possibilidades de consumo é demarcado pela lógica capitalista: a ilusão publicitária que diz todos podem

_

¹ Georg Simmel é enfático e endossa essa análise: "a contradição e o conflito [...] operam em cada momento de sua existência [do indivíduo]" (*A natureza sociológica do conflito* [1904], in Evaristo Moraes Filho (org). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134: 124). Max Weber engrossa o caldo analítico: "mesmo o indivíduo pode orientar suas ações por diversas ordens contraditórias. E não apenas sucessivamente, o que acontece todo dia, mas dentro de uma única ação" (*Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, Vol. 1, 1991 [1920]: 20).

² De acordo com Guy Debord, que desenvolveu esse conceito, o "espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimiento autónomo do não vivo" (1997, p. 13).



desejar transforma-se, na pragmática real, em *poucos podem comprar*. Como bem assevera Glória Diógenes (1998, p. 44-5): "A cultura de massa, ao difundir-se por todos os pontos da rede social, realiza um duplo movimento: fala que todos podem ter tudo, e que, ao 'ter', os indivíduos seriam reconhecidos como sujeitos sociais e depois nega quase tudo à grande maioria".

Todavia, nem todos se adaptam passivamente aos papeis e rituais de comportamento socialmente construídos e delimitados. Há aqueles, os desviantes, para usar um conceito de Becker (2008), que impulsionados pela vontade de apenas parecer incluídos, não se resignam às condições limitantes que o tecido social lhes impõe e, como fim, lançam-se às atividades criminosas para macaquear o *modus vivendi* das classes com maiores recursos de capital simbólico, que inclui obviamente a tentativa de reproduzir o mesmo padrão de consumo. Martins (2008) fala em *inclusões enganadoras*, nas quais o pobre adere à forma de vida que o fez pobre, tornando-se cúmplice do controle social que lhe é imposto. Destarte, seria o fetiche consumista, aliado à situação de vulnerabilidade civil e socioeconômica, o principal desencadeador da cadeia crônica, circular e cumulativa da violência? Seria a entrada no "mundo do crime" influenciada pelos padrões fetichizantes de consumo?

Para Zaluar (1994) e Wacquant (2005), o "criminoso" da periferia é duplamente estigmatizado, por ser pobre e por morar em local violento. Segundo Bourdieu (1989), uma das dimensões da violência simbólica é justamente o poder de classificar o outro, estigmatizando-o. Zaluar (*op.cit.*), Misse (2012) e Diógenes (1998) pontuam que o favelado já é tachado socialmente como "criminoso" antes mesmo de praticar qualquer ato criminal. Ou seja, uma vez que corpo social já definiu a identidade deteriorada do "favelado", este abraça a criminalidade como caminho (quase) natural e reforça sua *persona* baseado em relações grupais, as gangues e facções, marcadas pelo signo da violência potencializada. Dessa forma, o assujeitado afirma sua identidade assujeitando outros, arracando às avessas sua inclusão social. Na outra ponta, a estrutura totalitária, que segundo Weber (1991) detém a



premissa do monopólio legítimo da violência, opera de forma a conter a disseminação desse processo. É nesse momento então que ela ativa suas instituições de controle mais eficientes na modernidade tardia: escola, mídia, polícia e prisões.

A mídia, capitaneada pela ferramenta televisiva, (re)produz e (retro)alimenta a *fala do crime* ³, reforçando estereótipos, criminalizando grupos dominados, difundindo medo e violência ao longo da sua programação, ampliando as condições objetivas para a propagação da mixofobia, para usar um conceito de Bauman (2009). Ela constrói a figura do "bandido" como o inimigo a ser exterminado. A "fala do crime" midiatizada, além de legitimar as instituições de controle, tem amplo poder de significação social e penetração psicológica, se espraiando para todas as esferas constitutivas da sociedade e introjetando-se na psique coletiva, que a reproduz pelo senso comum.

Noutra frente de controle social, do ponto de vista histórico, é interessante observar que a violação aos direitos humanos das classes pauperizadas marca indelevelmente o *modus operandi* policial no Brasil, em que "o uso da violência tornou-se natural e aceito como legítimo" (Caldeira, 2000, p. 177). Holloway (1997), em diálogo com Maria Odila Dias (1995) e Caldeira (*op.cit.*), ressalta que desde sua fundação, no século XIX, o papel (extraoficial e pragmático) da polícia brasileira foi o controle social dos pobres. Esse controle sistemático, atrelado a uma ideologia militar de adestramento, se aplica, muitas vezes, de maneira extremada: como política de extermínio do sujeito matável, o *homo sacer* de Giorgio Agamben (2004).

Entretanto, percebe-se por vezes apoio popular aos abusos policiais, devido em grande parte à propaganda midiática, que transmite e impõe um padrão cultural que associa o

-

³ O conceito de *fala do crime* em Teresa Pires Caldeira (2000: 39-40) serve para pensar sobre como a ordem estatal-empresarial utiliza o poder de classificação e nomeação, por meio da linguagem discursiva, para impor sua visão de mundo às classes populares, uma vez que "essas narrativas são simplistas, intolerantes e marcadas por preconceitos e estereótipos. [...] Não são eficazes para controlar a violência. Ao contrário, elas reproduzem o medo e a violência".



estabelecimento da ordem social à necessidade da truculência militar. Por outro lado, há também uma relação cortinada entre polícia e "mundo do crime", na qual se estabelece um *circuito de troca*: "dinheiro correndo numa direção, impunidade e proteção na outra. Tal é a base de reciprocidade entre eles, mantida pelo poder de fogo de ambas as partes" (Zaluar, 1994, p. 156).

É importante sublinhar que o controle social das classes pauperizadas está na gênese da formação do Estado moderno e nas suas manifestações jurídico-políticas. Quando mídia, religião, escola e polícia não contêm a *revolta* do "criminoso", entra em cena o Direito penal e punitivo: a prisão surge como instituição cujas principais pretensões são disciplinar a alma e docilizar os corpos ("anátomo-política") para a obediência social e a eficiência econômica, constituindo parte crucial da *biopolítica do poder*, como teorizou Foucault (2013a; 2013b):

Pasar así de un poder [...] global a un *poder individualizante*, que cada uno, cada individuo, en él mismo, *en su cuerpo*, *en sus gestos*, *pudiese ser controlado* [...] encontrar un mecanismo de poder tal que al mismo tiempo que controlase las cosas y las personas hasta en sus más mínimos detalles, no fuese tan oneroso ni esencialmente predatorio, que se ejerciera en el mismo sentido del *proceso económico*. (2013b, p. 9 – grifos nossos).

Sugiro aqui uma reflexão: haveria, nos dias de hoje, nas prisões brasileiras corpos docilizados e almas disciplinadas? Penso que o poder disciplinar falha nesta sua alegada pretensão, no entanto, é deveras eficaz em sua lógica econômica. Com o crescimento de facções comandando as penitenciárias em quase todo o país, o que temos são corpos cada vez mais indóceis e indisciplinados, e não o contrário, como sugeriu Foucault. Outros tempos. Não obstante, o encarceramento em massa é essencial à sobrevivência do *espetáculo*. Para o filósofo francês (2013a; 2013b), quanto mais tempo se passa numa prisão, menos reintegrado à sociedade se torna, pois a função pragmática do cárcere é acentuar a delinquência, uma vez que esta tem importante utilidade e produtividade político-econômica para a sociedade



contemporânea. O Brasil possui hoje a quarta maior população carcerária do mundo, com mais de 625 mil presos e um déficit de mais de 245 mil vagas. Obviamente, há uma seletividade sobre qual classe social a produção fordista de privação à liberdade deve ativar seu mecanismo. De acordo com Moura e Ribeiro (2014), há um perfil dominante entre os presidiários: jovens, negros, de baixa escolaridade, advindos das periferias. Eis aí o retrato icônico e caricatural do "criminoso" socialmente construído.

É nesse sentido então que mídia, polícia e sistema político-jurídico constituem um bloco homogêneo cuja estratégia principal é controlar aqueles que "se recusam a aceitar a situação de proletário obrigado a trabalhar para sobreviver" (Zaluar, 1994, p. 133).

III. Metodología

Penso este trabalho, metaforicamente, como uma grande costura analítica, em que tento aglutinar retalhos e fragmentos de tecidos empíricos e teórico-metodológicos. Esta tarefa artesã de sutura apoia-se em três eixos teórico-metodológicos:

- a) mergulho teórico-reflexivo em diversos trabalhos anteriores com temáticas afins, pesquisas quantitativas de órgãos da sociedade civil, mas principalmente estudos qualitativos, pois estes funcionam como galvanizadores heurísticos, dando suporte ao processo de formulações de hipóteses, problematizações e obtenção de recursos e técnicas metodológicas;
- b) *análise histórico-documental* de jornais e revistas, principalmente de veículos locais. Este material mostrou-se importante para uma contextualização sociohistórica da criminalidade violenta no Brasil, mormente no cenário cearense;
- c) imersão etnográfica, "de perto e de dentro" (Magnani, 2002), na comunidade do Grande Tancredo Neves, apoiando-me na observação direta e participante, bem como em entrevistas semiestruturadas, de um lado; e por outro, naquelas não sistematizadas, completamente espontâneas, inesperadas. Nas incursões etnográficas, foi fundamental um esforço metodológico aguçado, que teve como ancoragem uma escuta atenta e reflexiva, um



olhar curioso, observador, que passeia por todos os lugares, se lança enxerido nos detalhes, nas irregularidades, no invulgar, pois o relevante "não é o que se 'vê', mas o que se observa com método" (Fernandes, 2004: 128). Mais do que às obviedades aparentes e notórias, é preciso estar "atento às sutilezas quase infinitas das estratégias que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência" (Bourdieu, 2012: 697), perceber as entrelinhas dos discursos, ler os sinais não verbais, beber nos silêncios meditativos, como pensou José de Souza Martins (2014).

Por oportuno, sublinho que lidar com sujeitos estigmatizados e matáveis envolve a criação de uma perspectiva ético-dialógica para mediar, de um lado, o código de conduta do crime e, na outra ponta, o sistema de normas jurídicas estabelecidas. Karina Biondi (2012: 140) argumenta que "aprender a lidar com a moralidade dos nativos não é o mesmo que aderir a ela. Mas também não é sobrevoá-la com um dirigível, evitando qualquer tipo de 'contaminação'".

Foram realizadas aproximadamente mais de cem interlocuções orais em campo, a maioria destas sem o uso de gravador. Foram conversas aparentemente despretensiosas, ao pé das calçadas, nas bodegas, mercadinhos, bares, na feira, nos logradouros por onde andei. Estas interlocuções, apenas com ares de despretensiosas, transformaram-se em dados que foram incorporados à análise empírica. As entrevistas com gravador, que exigiam uma maior articulação com os agentes e geralmente uma negociação prévia, se deram em menor número, totalizando vinte e uma. A maioria destas foi realizada com praticantes de atividades criminais no bairro, e ocorreram em suas casas ou nas calçadas defronte às moradias. Duraram, em média, de uma a duas horas. Estas entrevistas semiestruturadas se deram a partir de um roteiro-base, no qual procurei abordar uma breve história de vida em diálogo com as motivações, as práticas e os códigos da carreira no crime.

IV. Análisis y discusión de datos



No Grande Tancredo Neves (GTN), as pessoas praticantes de atos criminais constroem uma rede própria de antidisciplina (Certeau, 1994)⁴ e, a partir dessa tomada de posição, ressignificam sua condição de explorados. O traficante de drogas João (nome fictício), 31 anos, morador do GTN, expõe parte da problemática: "Se fosse pedreiro, ganhava mil reais trabalhando o dia todo no sol quente. Se for pra trabalhar de servente, pintor, carpinteiro, o *nêgo* num sai dali! Se quiser uma coisinha a mais tem que ir pro crime mesmo" (Pires, 2014, p. 19).

A criminalidade encampada pelos agentes pauperizados tem um movimento próprio, marginal às leis normativas; é um código comportamental repassado oralmente de geração em geração. Aquele que não o segue enfrenta sérias consequências, que vão de repreensões verbais a castigos corporais, e até mesmo à morte, em casos extremos. Me complementa novamentre João, com as marcas do vivido: "A honestidade do bandido é a palavra. Quem não tem palavra é pirangueiro. E pirangueiro morre logo. É o certo pelo certo, pivete. O errado tem que ser cobrado" (Pires, 2014, p. 20). Entre as principais ações "pirangueiras" de quebra de acordo está a disputa pelo controle territorial de áreas com o fito de comandar a "atividade" no local.

A estrutura ético-moral do crime é um sistema linguístico que envolve principalmente ações práticas, *modos de fazer*, que nasceu no Brasil junto com o banditismo urbano dos anos 1960 e 1970, e foi sendo reatualizado e repassado oralmente. Todavia, no início dos anos 2000 houve um aumento desenfreado no acesso a armas de fogo e os "criminosos" muito jovens, entre 12 e 18 anos, negligenciaram e transgrediram muitos dos acordos tácitos que regulavam a conduta e o comportamento de um "bandido de responsa". Geralmente, o código de ética do crime é sobremaneira respeitado pelos mais antigos:

-

⁴ Numa crítica ao conceito de disciplina em Foucault, Certeau (1994) ressalta acerca das astúcias, rupturas, criatividades sub-reptícias e ações táticas encampadas pelas pessoas em suas práticas cotidianas que escapam à ordem normativa, panóptica e estrutural.



É safadeza, cara, você fazer pirangagem onde mora, porque tem trabalhador, cidadão, família. Se num respeita seu barraco, respeita o barraco do próximo. Vale a pena roubar a pessoa que tenha dinheiro, bó roubar um banco, um caixa eletrônico? Mas roubar um pai de família, parceiro? Ladrão que rouba pai de família, que mata pai de família, pra mim merece morrer (Pedro [nome fictício], traficante de drogas e assaltante, 31 anos).

No início de 2016, o Grande Tancredo Neves passou por um reordenamento da dinâmica e da estrutura no seu comércio de drogas e armas e também na sociabilidade entre as categorias "trabalhadores" e "bandidos". As organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo; Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro; Família do Norte (FDN), do Amazonas; e Guardiões do Estado (GDE), do Ceará, estabeleceram-se na região e implementaram um "armistício" nas disputas territoriais com vistas a uma maior lucratividade nos negócios ilegais, configurando um incipiente modelo do "crime organizado" nas favelas de Fortaleza, no qual o bandido surge como um funcionário com tarefas a cumprir (divisão social do trabalho), estatutos a obedecer e "tributos" a pagar, estabelecendo um novo *ethos do trabalho* no mundo do crime. Segundo Carlos (nome fictício), traficante de drogas no GTN, 30 anos, "o CV filia quase 100 por dia" no Estado. Ainda de acordo com ele, para fazer o "batismo" em umas dessas facções, "o avião (pequeno traficante) tem que ter um padrinho (alguém que já pertença à falange), que bota a droga e o dinheiro na mão dele e diga: 'esse aqui é meu'".

Ao longo de 2016, após os acordos entre as facções no Grande Tancredo Neves, houve uma redução exponencial no número de mortes violentas. Nesse ínterim, a sociabilidade entre "trabalhadores" e "criminosos" também sofreu transformações. Com as novas ordens vinda dos "patrão", muitas pessoas que moram na comunidade reestabeleceram hábitos de colocar as cadeiras na rua, de conversar despretensiosamente nas calçadas, de cruzar as fronteiras físicas e simbólicas de um território para outro... Todavia, a trégua não durou muito tempo. Após uma ruptura entre o PCC e o CV pela disputa de uma rota vinda do



Paraguai do tráfico internacional de drogas e armas no segundo semestre de 2016, a desavença entre as duas maiores facções brasileiras ricocheteou no Ceará, e o ano de 2017 começou no território cearense com contendas entre duas falanges: de um lado, a parceria CV/FDN, do outro, a junção GDE/PCC.

No GTN, essa "guerra" é responsável pelo recrudescimento exponencial no números de assassinatos sumários na região. A maioria dos territórios é dominada pelas organizações CV e FDN; no entanto, dois territórios inseridos dentro do GTN, o Coloral e o Polo, são geridos por traficantes e assaltantes vinculados à GDE. As tentativas de "tomar" o território da outra facção são constantes e o clima beligerante é sentido por todos os moradores. A dinâmica da socialidade passa por novas transformações, e muitas pessoas preferem não sair mais de casa à noite. A "guerra" disseminou-se por toda a cidade e esse ano de 2017 já é considerado o mais violento da história do Ceará, com o maior número de crimes letais intencionais, redundando numa média diária de mais de 12 homicídios por dia. As projeções (feitas antes de terminar o ano) prospectam que 2017 chegue ao fim com cerca de 5 mil assassinatos no Estado.

V. Conclusiones

Pensar a "escolha" pela vida no crime nas periferias brasileiras é mergulhar num oceano profundo de possibilidades, facilitadas ou estorvadas de acordo com circunstâncias psicológicas e contextos sociohistóricas específicos. Para esse exercício, é fundamental pôr em suspensão os julgamentos morais condicionados por uma narrativa estereotipada e, por outro lado, esforçar-se por compreender analiticamente – sobretudo sob o exercício da alteridade – as dinâmicas psicológicas (individuais) e sociais (coletivas) que constroem essas tomadas de decisão, a partir de uma escuta atenta e reflexiva do discurso elaborado pelos agentes criminais pobres. Mais do que julgá-los, é preciso entendê-los como sintoma de um tecido urbano violento e contraditório.



Nesse percurso heurístico, faz-se fundamental não incorrer em generalizações totalizantes, nem naquelas animadas pela doxa tampouco nas do senso comum douto. Compreender a criminalidade pobre não como um cosmo reificado, homogêneo, mas como um campo de forças em tensão constante, no qual os agentes operam com suas idiossincrasias e disposições para acionar e acumular recursos de poder simbólico. Os sujeitos envolvidos diretamente nas atividades delitivas das comunidades pauperizadas não são apenas assaltantes, traficantes, homicidas, estelionatários... estas são categorias homogeneizantes produzidas pelo discurso hegemônico. É necessária, portanto, uma leitura muito mais abrangente: em diálogo com Bernard Lahire (2003), podemos aseverar que eles são seres plurais, dotados de múltiplas disposições – sendo estas mediadas em diversos graus de fixação e força simbólica -, que também dançam, se divertem, jogam futebol, oram, contam chistes jocosos, riem, choram, paqueram, amam, tomam bênção à mãe etc. Há todo um amálgama multidisposicional em configuração dialética com a persona do bandido⁵. Este é apenas um dos papeis que ele desempenha na sua existência ordinária. Estes "criminosos" representam um caleidoscópio de peças de tonalidades e colorações semânticas diversificadas. A metacategoria "mundo do crime" não é um fim explicativo em si, deve funcionar tão-somente como um construto teórico, um tipo-ideal analítico que ancora os processos heurísticos para se chegar à leitura empírica possível das práticas microbianas dos agentes criminais.

Pensando em diálogo com Certeau (1994), analiso que a atividade criminosa nas favelas, em contraponto à estrutura de dominação, lança mão cotidianamente de uma ação tática eficiente, posto que, em muitos momentos, mesmo inserida em um campo onde se

_

⁵ Bernard Lahire desenvolveu o conceito de *homem plural*. Para o autor, "os atores não são feitos de um só bloco, mas constituem, ao contrário, aglomerados compósitos, matizes complexos de disposições (a agir e crer) mais ou menos fortemente constituídas. Isso não significa que eles sejam 'sem coerência', mas sem princípio único de coerência – de crenças (modelos, normas, ideais, valores...) e de disposições a agir" (*Do* habitus *ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual*, in *Revista de Ciências Sociais*, vol.34, n.2, 2003, pp. 7-29: 22).



exerce uma coerção quase determinista, consegue escapar-lhe, driblá-la, envereda-se pelas rotas de fuga, e dessa maneira abre possibilidades de criar uma práxis nova, ao romper com a mera repetição homogênea e pasteurizada dos poderios constituídos. Todavia, não se pode por outro lado negligenciar que, a despeito de criar redes de sociabilidades indóceis e indisciplinadas, as falanges criminosas ao mesmo tempo reproduzem e mantêm estratégias políticas de poder autoritárias, violentas e hierárquicas próprias do *status quo*. Nesse sentido, o mundo do crime expressa uma cadeia complexa de significantes e significados e também de representações simbólicas que somente podem ser compreendidas à luz das suas próprias contradições, astúcias e resistências.

Por fim, ressalto que é principalmente na sociabilidade microssociológica das pessoas mais atingidas pelo estigma e pela violência simbólica que, em que pese a práxis repetitiva, surgem os resíduos socialmente subversivos, que contêm a possibilidade de ruptura com a mimese mecânica, e que por isso são dotados da semente da transformação social, uma vez que ainda não foram capturados totalmente pela estrutura de dominação hegemônica

VI. Bibliografía

Agamben, G. (2004). Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Bauman, Z. (2009). Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar.

Becker, H. (2008). Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar.

Biondi, K. (2012). Um mundo de "considerações": alguns apontamentos sobre relações de força no trabalho de campo. In C. Barreira et al. *Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e exterminio*. Campinas: Pontes.

Bourdieu, P. (1989). O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (coord.). (2012). A miséria do mundo. Petrópolis, Vozes.



Caldeira, T. P. (2000). Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora34/Edusp.

Certeau, M. (2014). A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis (RJ): Vozes.

Debord, G. (1997). A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

Dias. M. O. (1995). Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense.

Diógenes, G. (1998). Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop. São Paulo: Annablume.

Elias, N. (1994). A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar.

Fernandes, F. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. (2004). In O. Ianni (org). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular.

Foucault, M. (2013a). Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (2013b). Las redes de poder. Córdoba: Ven Te Veo Editorial.

Holloway, T. H. (1997). Polícia no Rio de janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV.

Lahire, B. (2003). Do habitus ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual. In *Revista de Ciências Sociais*, vol.34, n.2, pp. 7-29.

Magnani, J. G. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, pp. 12-29.

Martins, J. S. de. (2008). A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes.

Martins, J.S. de (2014). Uma sociologia da vida cotidiana. São Paulo: Contexto.

Misse, M. (2011). Crime e violencia no Brasil contemporáneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris.



Misse, M. (2012). A categoria "bandido" como identidade para o extermínio: algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. In C. Barreira et al (orgs.). *Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. Campinas: Pontes.

Moura, T., Ribeiro, N. (2014). Levantamento nacional de informações penitenciárias. Brasília: Ministério da Justiça.

Pires, A. (2014). Vida e morte, João. In *Revista Berro*, n. 3, Fortaleza: Expressão Gráfica, pp. 19-20.

Silva, L. M. da. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In *Sociedade e Estado*, Brasília, vol.19, n.1, pp.53-84 [online].

Simmel, G. (1983). A natureza sociológica do conflito. In E. Moraes Filho (org.). São Paulo: Ática, pp. 122-134.

Wacquant, L. (2005). Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan.

Weber, M. (1991). Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva: vol 1. Brasília: UNB.

Zaluar, A. (1994). A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense.